

OS RECURSOS DA VIOLÊNCIA E AS LUTAS PELO PODER POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

Victor Igreja

INTRODUÇÃO

Em 1941, Franz Alexander escreveu, em tom pessimista:

Uma vez que sabemos que a guerra sempre foi a maneira normal de resolver conflitos entre grupos, podemos perguntar-nos como é que a paz é possível. (...) No que diz respeito à história da civilização antiga e ocidental, períodos de paz não passaram de preparativos para novas guerras. (...) A história da humanidade civilizada é uma história de guerras interrompidas por preparativos para mais guerras (Alexander, 1941: 505-6).

Desde o fim da II Guerra Mundial, em 1945, tem sido difícil rejeitar a validade desta afirmação. Fizeram-se enormes mudanças políticas para construir e manter a paz internacionalmente através da criação de instituições como a Organização das Nações Unidas, da elaboração de leis para fazer cumprir normas relativas à decisão de entrar em guerra; leis para regular práticas de combate e o dever de proteger populações civis, e normas relativas ao tratamento de vítimas de guerra (Tomuschat, 2003); e, recentemente, a criação do Tribunal Penal Internacional permanente em Haia (Países Baixos) (Posner, 2009). Ainda assim, o mundo continua a caracterizar-se como um «oásis de paz» (Saint-Amand, 1996: 68). O uso da violência como recurso para resolver conflitos políticos e a vitimização das populações através de guerras em todo o mundo não terminaram. Assassínios em massa nas guerras continuam a fazer parte da realidade quotidiana de muita gente. Contudo, embora Alexander (1941) tivesse razão na sua afirmação de que a paz constitui um período de preparação para novas guerras, estudos mais recentes sobre a violência política têm efectivamente considerado a guerra como um fenómeno cultural (Goldschmidt, 1986: 12-15). De modo que, de acordo com Chantal Mouffe, é produtivo, por razões analíticas, considerar que:

A especificidade da democracia pluralista moderna (...) não reside na ausência de dominação e de violência, mas no estabelecimento de um conjunto de instituições através das quais elas podem ser limitadas e contestadas (Mouffe, 2005: 22).

As autoridades governamentais dos países ocidentais e as instituições multilaterais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) têm insistido, porém, na noção de que o estabelecimento da democracia e um empenho sério na construção do Estado de direito e no respeito pelos direitos humanos, por parte das elites dominantes em países pós-conflito armado, constituem requisitos básicos para evitar novas guerras e promover a durabilidade da paz nesses países (Banes, 2001: 86-101). É sabido, todavia, que «regras formais podem ser facilmente alteradas enquanto questão de política pública; as regras culturais não podem, e, por muito que se alterem ao longo do tempo, é muito mais difícil controlar o seu desenvolvimento» (Fukuyama, 2005: 39).

Paul Collier, Anke Hoefler e Mans Soderbom fizeram uma análise quantitativa dos riscos que os países pós-guerra enfrentam de recair em novas guerras. Estes autores defendem que «a democracia não parece constituir instrumento para aumentar a durabilidade da paz em situações pós-conflito» (Collier, Hoefler & Soderbom, 2008: 470). Os autores do estudo postulam que «não querem defender um autoritarismo rígido», embora as análises quantitativas por eles realizadas demonstrem que «o autoritarismo rígido parece ter grande êxito na manutenção da paz em situações pós-conflito» (*ibidem*). Estes resultados são interessantes, mas também limitados, por não tomarem em consideração a ambivalência da violência. A teorização antropológica sobre a violência sugere que a violência incorpora aspectos complexos de simbolismo que se relacionam com a ordem e a desordem (Aijmer & Abbink, 2000; Whitehead, 2007: 40-50). Nesta perspectiva, a guerra e outras formas de violência podem ser consideradas como «parte integrante e sustentadora (em vez de destruidora) da reprodução sociocultural» (Whitehead & Finnstrom, 2013: 13). Para compreender correctamente a variedade de significados da violência e o seu impacto nas sociedades modernas, é necessário fazer uma análise qualitativa e de longo prazo dos factores históricos e culturais que influenciam o retorno à guerra em países pós-conflito armado. É precisamente isso que se faz aqui neste artigo. O objectivo é analisar a complexidade dos factores históricos e da cultura política que contribuíram para o retorno à guerra em Moçambique após vinte anos de uma paz cheia de sobressaltos. Após a primeira guerra civil pós-colonial (1976-1992) que opôs em Moçambique o governo da Frelimo e o movimento rebelde Renamo, o Acordo Geral de Paz (AGP) foi assinado em Roma em 1992. Este acordo contém disposições para a realização de eleições multipartidárias e para o financiamento de desmobilização e reintegração socioeconómica dos ex-soldados dos exércitos do governo e da Renamo. No âmbito da reconciliação e do princípio da inclusão, o AGP estabelece também a criação de um exército unificado a ser composto por igual número de

soldados dos antigos exércitos do governo da Frelimo e da Renamo (Schafer, 2007; Lundin, 1998: 104-118; Igreja, Riedesser & Walter, 2002: 35-41). Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições democráticas e, em 1995, foi formado o primeiro parlamento multipartidário (Mazula, 2002; Lundin, 2002). A Frelimo e a Renamo conseguiram garantir um ambiente razoavelmente pacífico durante quase duas décadas (1992-2012), apesar de, durante este período, ter havido episódios de violência eleitoral, e às vezes de proporções extremas.

A segunda guerra civil durou cerca de dois anos (2013-2014) e coincidiu com o actual clima de descoberta e exploração de recursos naturais no País. Com base nesta coincidência, adicionada ao facto de que existe uma literatura bem desenvolvida que sugere ligações entre a existência de recursos naturais e a susceptibilidade à violência da guerra, (Lujala, Gleditsch & Gilmore, 2005: 538-562; Collier *et al.*, 2003), alguns analistas em Moçambique relacionaram também as origens da segunda guerra civil à recente descoberta de recursos naturais (Nhan-tumbo, 2013; Pereira & Nhanale, 2014). Pensamos que esse tipo de explicações é insuficiente para melhor compreender o que está por detrás da eclosão da nova guerra no País. Um estudo adequado das origens da guerra requer uma análise de longo prazo da evolução das relações hostis entre a Frelimo e a Renamo, particularmente de como as memórias de conflitos ainda por resolver da primeira guerra civil dificultaram as tentativas destes antigos inimigos de guerra de se tornarem intervenientes políticos legítimos e não apenas por intermédio dos formalismos da lei. É necessário analisar como a luta pela legitimidade política que se desencadeou desde o primeiro parlamento democrático em 1995 também resulta de diferenças profundas de entendimento e de interpretação que ambas as partes fizeram do AGP (Igreja, 2015).

Deve-se destacar aqui que alguns sectores importantes do partido Frelimo interpretaram o AGP como representando uma perda e uma humilhação, uma vez que o acordo estipulou a partilha do poder com a Renamo por via do controlo equitativo das forças de defesa e segurança, particularmente as chamadas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Para esses sectores radicais da Frelimo, esta partilha foi interpretada como uma perda de soberania, que contradiz a percepção de que «a Frelimo é que fez, a Frelimo é que faz». Principalmente na sequência das eleições de 2004, que culminaram com a vitória do Presidente Armando Guebuza, o partido Frelimo iniciou um ciclo de reformas políticas radicais com pouca ou nenhuma consideração pelas vozes das forças políticas na oposição. A este respeito, uma antiga figura importante da Frelimo afirmou que a Frelimo de Guebuza «não aceita a crítica e muito menos fazer autocrítica» (Rebelo, 2013). Estas reformas radicais foram interpretadas e vividas por muitos moçambicanos, dentro e fora da Frelimo, como retrógradas e parecidas com o modo de actuação do regime repressivo socialista do período pós-independência. A combinação e os efeitos cumulativos das reformas radicais da Frelimo oferecem pistas importantes para entender devidamente os factores que contribuíram para o desencadear da segunda guerra civil no País.

DOS ANOS 1960 AOS ANOS 1990: VIOLÊNCIA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Após trinta anos de colonização efectiva de Moçambique pelo regime colonial português, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi criada em 1962 para desencadear uma luta armada pela independência. Embora a Frelimo representasse uma frente militar unida, era também palco de graves conflitos internos, sendo alguns anteriores à colonização portuguesa. Esses conflitos, retrospectivamente designados pela liderança da Frelimo como «as nossas querelas tribais», tinham-se consolidado ao longo do tempo através de conflitos étnicos e também condicionaram seriamente a luta anticolonial (Santos, 2003). Neste sentido, a Frelimo constituiu-se por via de um compromisso frágil em que a liderança estabeleceu a necessidade de «primeiro eliminar a coisa que vem de fora [colonialismo] e depois resolver os nossos problemas internos» (*ibidem*). Em casos de falta de consenso sobre as prioridades da luta armada juntamente com lutas internas pelo controlo da chefia do movimento, houve numerosas desavenças e assassínios, sobretudo de membros que provinham das elites no Centro e Norte de Moçambique (Cabrita, 2000; Ncomo & Simango, 2003). Mesmo assim, a Frelimo conduziu com êxito a luta anticolonial (1964-1974) contra as forças coloniais portuguesas. Durante a luta, nas regiões do Norte e do Centro do País, as tropas portuguesas bombardearam excessivamente, matando civis e causando grandes deslocamentos de populações (Mondlane, 1969). Tanto as tropas portuguesas como a Frelimo usaram civis como escudos humanos, e foram torturados e mortos indivíduos acusados de colaborar com um ou com outro exército inimigo (Adam, 2001).

A 7 de Setembro de 1974, como corolário do golpe de Estado em Portugal, foi assinado o Acordo de Lusaka entre a Frelimo e as autoridades portuguesas. O Acordo de Lusaka marcou o fim da guerra anticolonial, estabeleceu as bases para a criação de um governo de transição liderado por Joaquim Chissano e deu legitimidade legal à independência de Moçambique sob o comando único da Frelimo. Este factor de ser o movimento que conduziu a luta pela independência tem provocado problemas gravíssimos no continente africano, uma vez que decorre deste facto a crença de que só os dirigentes dos antigos movimentos de libertação podem governar em África, e que as forças de defesa e segurança são chaves para a defesa e para a sobrevivência dos seus poderes. Esta mentalidade tem contribuído para continuamente 'parir' excessos de intolerância política, violência e guerra, fome e nudez no continente, e Moçambique nas mãos da Frelimo é um bom exemplo desta realidade.

A 25 de Junho de 1975, Moçambique celebrou a sua independência. A declaração de independência não resolveu, todavia, alguns dos graves conflitos que existiam nas fileiras da Frelimo durante a luta anticolonial. O projecto pós-colonial da Frelimo de resolver as chamadas querelas tribais consistiu na adopção pelo partido de uma agenda modernista e de nacionalismo estatal,

um nacionalismo erguido em oposição às etnicidades existentes (Cahen, 2000). Além disso, as autoridades da Frelimo associaram grupos religiosos cristãos e muçulmanos, chefes indígenas (chamados «régulos» pelas autoridades coloniais portuguesas), curandeiros e alguns elementos da população às forças retrógradas da sociedade, e acusavam-nos de serem contra a revolução socialista. Como é sobejamente sabido, no contexto da revolução socialista dirigida pela Frelimo, «era norma fuzilar pessoas» (Matsinhe, 2009). Muitos indivíduos acusados de serem antipatriotas foram torturados e mortos, e outros foram presos ou deportados para os chamados campos de reeducação no Centro e Norte do País. É de notar a este respeito que aquele que é considerado o primeiro líder da Renamo, André Matsangaissa, foi um dos habitantes destes chamados campos de reeducação em Sakudzo (distrito de Gorongosa). Isto mostra até que ponto os campos de reeducação também acabavam por reeducar pessoas contra o projecto da Frelimo.

Este projecto político alienou segmentos significativos da população moçambicana, e alguns deles acabaram por apoiar o movimento Renamo que então surgiu (Geffray, 1990). Por outro lado, a fim de lidar com as múltiplas heranças da violência cometida durante o regime colonial e a guerra da independência, a Frelimo elaborou um programa oficial para lidar com os restos do passado colonial português. Esta iniciativa destinava-se apenas aos moçambicanos que supostamente tinham participado na oposição organizada ou espontânea à Frelimo durante a luta de libertação e que tinham sido acusados de cometer violações e crimes graves (Cabrita, 2003). As autoridades coloniais portuguesas e as chefias da Frelimo que tinham estado alegadamente implicadas em graves violações dos direitos humanos e crimes durante a guerra anticolonial foram isentas do processo de prestação de contas. A iniciativa decorreu entre 1978 e 1982 e abrangeu os chamados «comprometidos», pelas suas supostas más acções enquanto trabalhavam para as instituições políticas e militares do Estado colonial português. Os comprometidos foram privados de liberdades cívicas e obrigados a confessar rapidamente, baseados na presunção de culpa (Coelho, 2003). Por exemplo, numa das sessões em que o falecido Presidente Samora Machel interrogava um alegado comprometido, Armando Rego da Silva, o Presidente zangou-se e fez uma ameaça, porque o interrogado estava, aparentemente, a demorar a confessar os seus crimes.

Falar, tu não consegues falar, talvez em privado, mas em privado somos violentos. Falamos muitas linguagens, linguagens, ouviste? Faça favor de falar aqui, aqui é onde falamos a linguagem de amor humano, de respeito pela pessoa, de respeito pela pessoa. Fala faça favor. Não nos obriga a utilizar várias linguagens (Igreja, 2010).

Até mesmo depois da morte de Machel, a Frelimo nunca refutou esta revelação sobre a violência que o partido cultivava em privado e, de um modo geral, sobre a importância da violência na sua

perpetuação no poder. No entanto, este programa de prestação de contas também teve efeitos não pretendidos, como motivar muitos moçambicanos a aderir ao movimento rebelde Renamo na guerra civil contra o governo da Frelimo (*idem*). Como corolário das lutas políticas coloniais e pós-coloniais, o governo da Frelimo e o movimento rebelde, a Renamo, lançaram-se numa guerra civil que durou dezasseis anos (1976-1992). A guerra civil em Moçambique também fazia parte da chamada Guerra Fria, em que países periféricos eram usados como aliados do Ocidente ou do Bloco de Leste (Shubin, 2008). Ao contrário da guerra pela independência, que praticamente se restringiu às províncias do Norte, a guerra civil foi travada em todo o País, embora as zonas rurais tenham sido as mais directamente afectadas por todos os tipos de violência. Em meados dos anos 1980, o governo da Frelimo e a Renamo deram-se conta de que não era possível acabar com a guerra através de uma vitória militar e, juntando a isso a grave seca e a fome que assolaram Moçambique no final da década de 1980, ambas as partes procuraram uma solução politicamente negociada. Através da mediação de grupos religiosos cristãos, o governo procurou negociações de paz directas com os rebeldes da Renamo (Hume, 1994).

ANOS 1990: NEGOCIAÇÕES E ACORDO DE PAZ, SACRIFÍCIOS E PERDAS

Inicialmente, as negociações de paz de 1984 entre o governo da Frelimo e a Renamo falharam, porque, aparentemente, a Renamo «recusou-se a reconhecer a existência do Estado moçambicano» (Chissano, 1992a) em troca de uma amnistia. Na sequência do declínio do Bloco Socialista do Leste, no final da década de 1980, a Frelimo procedeu a uma mudança político-legal, alterando a sua posição marxista-leninista e aprovando uma constituição democrática liberal em 1990. A mudança da constituição abriu também caminho para facilitar as negociações de paz entre a Frelimo e a Renamo. Neste contexto, a segunda tentativa séria de encetar negociações de paz deu-se no final dos anos 1980. Para isso, a Renamo aceitou reconhecer a soberania do Estado moçambicano, e o governo da Frelimo assegurou não legislar nem aplicar leis que contradissem os acordos alcançados em Roma; o que, por outras palavras, significa que a Frelimo ficou com o carro, mas sem o combustível. Entretanto, observa Luís de Brito, as negociações de paz de Roma não «criaram instituições de transição capazes de romper com o passado e com a lógica hegemónica das forças militarizadas até então» (Brito, 2009). Os poderes consagrados pelo AGP impediram, contudo, a Frelimo de governar como lhe apetecesse, constituindo, assim, uma marca oficial da transição (Malan, 1999). É esta amputação temporária de poder e de legitimidade que indignou vários quadros da Frelimo e, no seguimento do AGP e das posteriores vitórias eleitorais, os inspirou a continuar a conceber estratégias para recuperar o poder perdido, particularmente em relação às forças armadas.

As negociações e os acordos de Roma determinaram a realização de eleições democráticas no período pós-guerra. As duas partes também concordaram com o financiamento da desmobilização e da reintegração socioeconómica dos ex-militares dos exércitos da Renamo e do governo, e com a criação de novas forças armadas de defesa do País, que depois ficaram conhecidas como FADM, e que deviam ser compostas por igual número de tropas de ambos os antigos exércitos (Schafer, 2007).

Aquando da assinatura do AGP em Roma a 4 de Outubro de 1992 pelo governo da Frelimo, representado pelo então Presidente, Joaquim Chissano, e pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, os antigos inimigos de guerra prometeram aceitar a reconciliação, o perdão e o esquecimento e reconstruir o País. O Presidente Chissano afirmou publicamente, na altura:

A reconciliação nacional é da responsabilidade de todos os moçambicanos; todos juntos devemos sarar as feridas, substituir o ódio pela compreensão e pela solidariedade, a vingança pelo perdão e pela tolerância, a desconfiança pela fraternidade e pela amizade (Chissano, 1992a).

O presidente da Renamo também fez uma promessa semelhante, afirmando que «De hoje em diante, (...) a luta armada será substituída pela luta política e pela democracia» (Dhlakama, 1992).

Ao nível estatal, o acordo de paz constituía um potencial de democratização e de reforma das instituições do Estado. Aquando da assinatura do acordo, Chissano também afirmou no seu discurso algo que viria a repetir noutros discursos públicos: «É a vitória de todos» (Chissano, 1992a). No entanto, é também necessário ter em conta que «o significado de vencer numa situação de conflito tem de ser analisado dentro do contexto social e cultural» (Rubinstein, 1986). Neste caso, pode ser que a noção de Chissano de que «a vitória é de todos» fizesse parte de uma retórica política para promover publicamente a reconciliação. Ou pode ser também que não houvesse entendimento e interpretação unânimes entre as elites da Frelimo sobre o significado do AGP, em especial da composição e do controlo das forças armadas.

O AGP E O «DEIXA ANDAR» BRAÇOS ARMADOS

Uma análise focalizada na questão da composição das forças armadas, segundo os termos do AGP, é pertinente, dado que, após as reformas políticas da Frelimo em meados dos anos 1980 e que culminaram com a nova constituição de 1990, as forças armadas tinham sido o único sector a estabelecer uma continuidade entre a Frelimo como movimento de libertação, a Frelimo como governo pós-colonial e a Frelimo na vanguarda da democratização liberal. Como bem referiu Severino Ngoenha:

Os revolucionários conseguiram adquirir o poder. Contudo, a organização militar permaneceu intacta... se esta organização tivesse permanecido intacta para defender os interesses nacionais, seria compreensível; ao contrário, tornou-se o braço armado dos chefes e suas ideologias utópicas contra as reclamações democráticas do povo (Ngoenha, 1993).

Foi a Renamo que, através da guerra civil e das complicadas negociações até ao acordo de Roma, quebrou com esta lógica de continuidade nas relações entre a Frelimo e o seu braço armado, as antigas Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Há poucas dúvidas de que Chissano, talvez mais do que qualquer outro elemento-chave na Frelimo, compreendeu que «a paz exige um verdadeiro sacrifício» (Saint-Amand, 1996). Na altura da apresentação do texto do AGP por Chissano, para aprovação pela Assembleia da República em Outubro de 1992, alguns deputados influentes da Frelimo levantaram questões que revelavam não tanto um sentimento de vitória e necessidade de aceitar sacrifícios, mas sim um sentimento de incerteza e de perda resultante das negociações de paz e do AGP. A Assembleia da República era, na altura, constituída apenas pelo partido Frelimo. Um influente deputado e ex-ministro da Segurança, Sérgio Vieira, embora expressando um certo sentimento de alívio por as mortes e destruição terem parado, não deixou, entretanto, de levantar dúvidas sobre o significado do AGP para a Frelimo. Afirmou ele:

Senhor Presidente [referindo-se a Joaquim Chissano], a sua viagem a Roma, em Setembro, e a sua viagem a Gaborone foram sempre recebidas com grande interrogação por muitos de nós, «Valerá a pena? Não será inútil?». (...) Até que ponto estamos a fazer demasiadas cedências ou não? (Vieira, 1992).

Outros deputados pediram a Chissano esclarecimentos sobre o destino do Ministério da Defesa, uma vez que o AGP determinara que seriam estabelecidas novas forças de defesa. O Presidente do País tentou apaziguar o sentimento de perda dos deputados, respondendo cautelosamente:

O Ministério da Defesa não são as forças armadas... A criação das novas forças armadas não tem implicações no Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa será organizado e reorganizado de acordo com a vontade do governo. Se o governo pensar que é necessário introduzir transformações no Ministério da Defesa para melhor responder às exigências actuais, fá-lo-á. O que é exigido é o que está estabelecido [pelo AGP] para as forças armadas (Chissano, 1992b).

Com esta explicação, Chissano estava a tentar convencer as hierarquias da Frelimo sobre o Ministério da Defesa. A lógica era que se perdeu, mas não se perdeu tudo, nos seguintes moldes: o Ministério da Defesa ficou fora do AGP, e porque o Ministério da Defesa é que manda no exército, num contexto de eleições multipartidárias a Frelimo ganharia e, por conseguinte,

o mistério da defesa ficaria resolvido porque o Ministério da Defesa ficaria com o partido, e, por extensão, o braço armado, embora com «defeitos», continuaria a receber ordens emitidas pela Frelimo.

À medida que continuou a revelar os mistérios da defesa e da segurança, Chissano tornou-se menos cauteloso e mais explícito, na tentativa de dissipar as percepções de perda entre os deputados. Indicou como o governo continuava a controlar o exército, visto que, por exemplo, «o chefe do exército pode ser mudado» pelo governo.

O Ministério da Defesa tem o direito de dar orientações às Forças Armadas, em especial no nosso caso, em que o Presidente da República é ao mesmo tempo chefe do governo e comandante-em-chefe do exército. Portanto, é daqui [eu governo] que partem as ordens (Chissano 1992a).

Para concluir, afirmou que é o chefe do Estado que «tem o direito de declarar guerra» e que «a política de defesa do País é estudada e transmitida através do Ministério da Defesa, e este ministério pertence ao governo [nós Frelimo]» (*ibidem*).

Tanto as perguntas dos deputados como as respostas de Chissano demonstram que, por detrás das afirmações públicas contra a existência de vencedores e perdedores, havia percepções e sentimentos profundos de que o governo da Frelimo tinha feito «demasiadas cedências», o que significava «perda» nas suas negociações com a Renamo. Durante os dois mandatos presidenciais de Chissano (1994-2003), este dava, no entanto, a impressão de não interferir nas questões das FADM e adoptou uma postura de diálogo com a Renamo, numa tentativa de evitar conflitos abertos em torno das forças armadas. Além disso, durante este período, aparentemente, o parlamento «ajudou o partido Frelimo a fazer avançar o processo de criar uma identidade própria, separada do Estado» (Manning, 2002). Houve, porém, contestação dos resultados eleitorais, acompanhada de episódios de violência eleitoral e de um constante sentimento de negação recíproca de legitimidade no parlamento entre deputados da Frelimo e da Renamo, mas, no geral, prevalecia um ambiente de diálogo político contínuo entre a chefia de ambos os partidos.

Este ambiente mudou quando Armando Guebuza, conhecido por muitos como sendo da linha dura da Frelimo, venceu as eleições presidenciais em 2004 com a promessa eleitoral de combater o «deixa andar». Esta ideia de combater o «deixa andar» constituía uma crítica grave contra Chissano, que tinha sido acusado pelos seus pares na Frelimo de ser frouxo com a Renamo, ao ponto de «engolir sapos vivos em frente dos nossos olhos» (Tembe 1992) e não conseguir segurar «a nossa soberania» (Chambal, 1992). Uma vez mais, a perda de soberania neste caso significa a partilha do comando das FADM com algumas das chefias militares da Renamo. Antes de analisar o papel da Frelimo sob comando de Guebuza no desencadear da segunda guerra civil, examinaremos a natureza dos debates na Assembleia da República multipartidária, que evoluiu desde a sua criação em 1995.

O USO DE MEMÓRIAS COMO ARMAS E A NEGAÇÃO RECÍPROCA DA LEGITIMIDADE

Os debates no parlamento monopartidário que antecederam a assinatura do AGP fornecem ainda mais pistas importantes sobre a contradição entre o discurso da Frelimo e a sua prática da reconciliação, que também contribuíram para enfraquecer, em vez de fortalecer, o processo de legitimação das novas instituições democráticas. Os deputados da Frelimo debatiam como tratar a Renamo após a assinatura do acordo de paz, e, nessa altura, um quadro influente da Frelimo, o ex-ministro do Interior Manuel António, fez o seguinte apelo:

Mesmo que um dia eles [a Renamo] venham reunir-se connosco, esta denominação [bandidos] não deixará de existir, porque eles são bandidos (Assembleia da República, 1992).

Desde a sua criação em 1995, a Frelimo e a Renamo usaram o parlamento para fazer acusações graves de vários crimes de guerra. Essas acusações demonstravam também intolerância mútua e negação recíproca da legitimidade (Igreja, 2008; Igreja, 2013a). Apesar destas acusações que continuamente promoveram um clima de tensão e instabilidade, alguns analistas políticos das relações entre a Frelimo e a Renamo no parlamento parecem ter ignorado a gravidade dessas disputas (Manning, 2002).

Por exemplo, em 1995 o parlamento estava a debater a necessidade da reforma constitucional que poderia abrir caminho à criação de uma nova lei de descentralização democrática. Após várias acusações entre deputados da Frelimo e da Renamo de crimes de guerra, um ex-membro influente do partido Renamo, Jafar Gulamo, criticou a Frelimo, afirmando que «A verdadeira face do poder comunista, absolutista, centralizador e ditatorial tem vindo a ser demonstrado ao longo da sua longa des governação» (Assembleia da República, 1997).

Em resposta, Sérgio Vieira disse que a questão da contestação da legitimidade estava a corroer o estabelecimento das instituições democráticas:

Em Moçambique, temos um Estado. Em Moçambique, temos instituições que não só têm legitimidade constitucional, mas também legitimidade democrática. Não é muito correcto os moçambicanos estarem o tempo todo a levantar questões sobre a legitimidade do seu próprio Estado e das suas instituições... Isso põe em causa a existência da própria nação (Assembleia da República, 1997).

Nestas declarações, tanto Vieira como Gulamo claramente expressaram a crise de legitimidade que persistia no parlamento desde a sua criação, aludindo também ao fato de que há uma diferença entre um acordo legal ou formal e o dia-a-dia da política. Para que estas duas dimensões sejam de alguma forma consistentes, a Frelimo e a Renamo deviam ter-se tratado como iguais,

não só pelo que o AGP estipulava mas sobretudo devido às exigências da reconciliação pós-guerra civil (Igreja, 2003; Igreja, 2009a; Igreja, 2009b). No entanto, para o partido Frelimo, isto era inaceitável. Historicamente, a Frelimo é o movimento de libertação que lutou e conquistou a independência a Portugal. Por isso, como em vários países pós-coloniais em África, «a posse do Estado – e da nação – é mantida com firmeza pelos detentores do poder do antigo movimento de libertação» (Dorman, 2006: 1097; Meier, Igreja & Steinforth, 2013: 15-36). Várias vezes, os deputados da Frelimo justificaram a sua alegada posição de superioridade moral e política relativamente à Renamo, alegando:

No continente africano e noutros continentes, o nome de Moçambique está intimamente ligado ao nome da Frelimo. (...) Esta é uma realidade que ninguém pode negar; a Frelimo é Moçambique e Moçambique é a Frelimo (Pachinuapa, 2011).

Pode argumentar-se que esta perspectiva essencialista é improdutivo, dado que:

Para a democracia existir, nenhum agente social deve reivindicar qualquer propriedade exclusiva da fundação da nação. Isso significa que a relação entre agentes sociais se torna mais democrática apenas na medida em que aceitem a especificidade e a limitação das suas reivindicações (Mouffe, 2005: 21).

Presentemente, a Frelimo considera inaceitável ser posta em pé de igualdade com a Renamo, porque, apesar das graves alegações de 'batota' eleitoral, sempre ganhou as eleições multipartidárias. Assim, um importante membro da Frelimo e ex-ministro da Administração do Estado disse que, «numa democracia, os partidos da minoria têm de se submeter aos desejos e planos do partido da maioria» (Gamito, 2007b).

No seguimento dos debates sobre a legitimidade política e as graves dificuldades com que se debatiam os deputados da Frelimo e da Renamo para estabelecer interações de reconciliação, o deputado Gulamo também interveio para esclarecer a posição do seu partido sobre a persistente crise de legitimidade:

A legitimidade do Estado é forjada através da forma como as instituições avançam aceitando ou recusando as pessoas, a maneira como as pessoas ocupam as posições de chefia... Lembro-me [de] que o AGP lançou um processo de reconciliação, mas só começou o processo de reconciliação; este processo não está terminado, o processo de pacificação e democratização não está terminado (...), isto é um foco de permanente tensão. O Estado moçambicano não é propriedade de ninguém, por isso há necessidade de respeitar o pluripartidarismo e a democracia que queremos instalar (Assembleia da República, 1997).

De uma certa maneira, pode argumentar-se que estes debates entre a Frelimo e Renamo no parlamento eram um indicador de uma democracia próspera através da livre expressão de ideias. Na realidade, na sequência deste tipo de debates «quentes» e de repetidas eleições multipartidárias, alguns analistas do processo de paz e democratização de Moçambique concluíram apressadamente que o País tinha atingido uma fase de consolidação (Manning, 2002). Mas que consolidação, se o País estava lentamente a caminhar para uma nova guerra? O problema não era a forma, mas o conteúdo dos debates, que não escondiam o modo como a Frelimo e a Renamo conservam rancores explosivos, consideravam abominável a ideia de atribuir uma à outra legitimidade política e de estar no parlamento a decidir sobre o futuro do País.

Com o passar do tempo, houve pouca mudança nas relações entre as elites da Frelimo e da Renamo. Muitas vezes, propostas de introdução de nova legislação foram mutuamente rejeitadas com a justificação de que o proponente não tinha legitimidade para promover mudanças no País. A rejeição da legitimidade dos deputados da Renamo era feita através da utilização de argumentos assentes em continuidade histórica. Por exemplo, um deputado da Frelimo afirmou no parlamento:

A Renamo nunca criará um governo neste País, porque é um partido terrorista que matou gente no País. (...) A história da Renamo está ligada ao apartheid, aos racistas. (...) Vocês pertencem aos racistas que vos criaram (Cília, 2004).

Por seu turno, os deputados da Renamo também respondiam, por exemplo acusando deputados da Frelimo de actividade criminosa durante a primeira guerra civil:

Houve mortes de muitos moçambicanos nas prisões de Snasp¹ ordenadas por si [Sérgio Vieira]... Os moçambicanos nunca esquecerão isso. (...) O deputado Sérgio Vieira ainda tem de dar esclarecimentos sobre a morte do primeiro Presidente moçambicano, Samora Machel. (...) Alguns deputados, como Sérgio Vieira, mataram cruelmente nos campos abertos, como no caso da Zambézia (Manteigas, 2004).

Neste sentido, a Frelimo só conseguiu alterar e aprovar leis devido às suas vitórias eleitorais consecutivas, que lhe deram maiorias no parlamento. Em contrapartida, essas vitórias eleitorais reforçaram a prática de não considerar a Renamo «um adversário digno» para negociar e chegar a compromissos com ele (Manning, 2002).

¹ Snasp é o acrónimo de Serviço Nacional de Segurança Pública. Eram os serviços secretos do pós-independência de Moçambique.

2004: NOVA FRELIMO, POLÍTICAS ANTIGAS PARA REPARAR SENTIMENTOS DE PERDA

Em 2004, o partido Frelimo ganhou as eleições nacionais com uma maioria significativa no parlamento, sob liderança de Armando Guebuza. Esta vitória estabeleceu uma descontinuidade com a aparente tentativa de separar a Frelimo do governo que tinha caracterizado o partido sob a liderança de Chissano. Guebuza toma o comando com a missão de reparar os erros e fraquezas de Chissano, em particular recuperar o controlo total das forças armadas. Como afirma Lourenço do Rosário, um dos mediadores locais nas últimas negociações de paz entre a Frelimo e a Renamo, esta vitória eleitoral reforçou ainda mais a perspectiva entre «os sectores radicais do partido no poder de que não havia mais nada a negociar com a Renamo» (Rosário, 2012).

As vitórias eleitorais de 2004 reforçaram as aspirações da Frelimo de recuperar o controlo de todas as instituições do Estado à moda da revolução socialista dos primeiros anos de independência, em vez de propor um plano para combater a cada vez maior fragmentação do Estado caracterizada pela coexistência descontrolada de culturas e práticas políticas diferentes em vários níveis da acção do Estado (Santos, 2006; Igreja, 2014; Igreja, 2012). O partido anunciou publicamente e restabeleceu a antiga prática socialista de existência de células do partido Frelimo nas instituições do Estado. Durante o período do socialismo revolucionário, as células da Frelimo tinham a função de espiar as actividades nos locais de trabalho para controlar e reprimir dissidências entre os trabalhadores não filiados no partido.

Em 2006, jornalistas locais citaram o secretário do partido Frelimo para a mobilização e propaganda, defendendo que «Não há problema em a Frelimo criar células do partido nas instituições do Estado» (Canal de Moçambique, 2006).

A defesa pública deste programa de controlo sugeria que os dirigentes do partido não consideravam, ou não se importavam, que tal programa pudesse facilmente ampliar as acusações de discriminação política, intolerância e perseguição nas instituições do Estado. A reciclagem pela Frelimo de políticas velhas e deficientes influenciou as pessoas para formas imprevisíveis de luta, como Iris Young sugere:

Quando as pessoas dizem que uma determinada regra, uma determinada prática ou um determinado significado cultural está errado e deve ser mudado, estão muitas vezes a fazer uma afirmação sobre a injustiça social (Young, 1990: 34).

Apesar de críticas feitas por diversos sectores no País, quatro anos depois, em 2010, o secretário-geral do partido, Filipe Paúnde, foi citado por jornalistas, assegurando que «O partido Frelimo irá prosseguir com a criação de células daquela formação política a nível das instituições do

Estado». Também esclareceu que essa decisão «foi tomada... no IX Congresso em 2006, com o objectivo de assegurar o cumprimento do Plano Quinquenal do Governo» (*O País*, 2010).

A Frelimo, sob comando de Guebuza, enfraqueceu cada vez mais o Estado, que já era frágil, parou o processo legal de descentralização democrática e inverteu-o na via da recentralização (Igreja, 2013b). Mais ainda, tentou introduzir linguagem propagandística da Frelimo nos documentos oficiais do Estado (por exemplo, «decisão tomada, decisão cumprida»). Contudo, na sequência de um recurso da Renamo para o Tribunal Constitucional, este chumbou o programa da Frelimo, alegando inconstitucionalidade (Tribunal Constitucional, 2007).

A tentativa da Frelimo de transformar o Estado moçambicano numa autêntica carcaça do partido também contribuiu para aumentar as tensões no parlamento, na medida em que os deputados da Renamo passaram de acusações sobre crimes de guerra à expressão de intenções de se lançarem numa outra guerra contra o que eles consideraram ser uma injustiça social. Os deputados exprimiram essas intenções em 2007, no âmbito dos debates parlamentares sobre a lei de descentralização dos municípios, que o partido Frelimo queria recentralizar nalguns aspectos. Um deputado da Renamo afirmou que os planos da Frelimo para recentralizar a lei de descentralização era «um comportamento de um partido que quer guerra» (Igreja, 2013b). Embora a noção de guerra nesta declaração possa ter vários significados, foi outro muito influente ex-deputado da Renamo, Luís Boavida, que referiu de forma inequívoca os passos a dar para combater o que considerava ser poder ilegítimo da Frelimo.

Partindo do que a Frelimo está aqui a dizer, quero apelar ao nosso presidente Afonso Dhlakama para que ele realmente nos organize, organize os nossos combatentes. (...) O presidente Dhlakama deve realmente organizar os nossos antigos combatentes para lidar com estas brincadeiras. (...) O senhor presidente Dhlakama tem mais que motivos suficientes para organizar os antigos combatentes para parar com isto. A Frelimo só diz isto porque confia nas armas da polícia (Assembleia da República, 2007).

Para os deputados da Frelimo, este tipo de ameaças só confirma que «a Renamo nunca foi nem nunca será democrática; a Renamo é de facto uma organização subversiva» (Gamito, 2007a). Dois anos após as ameaças do deputado Boavida, em 2009, o líder da Renamo abandonou a capital, Maputo, para se instalar na província de Nampula. Pensa-se que o líder da Renamo iniciou aí a mobilização e a reorganização dos antigos soldados.

Mas não restam dúvidas de que a mais controversa de todas as iniciativas políticas e administrativas do governo da Frelimo tenha sido a que em 2009 iniciou o que Luís Pinto considerou um «intenso processo de reforma e reestruturação» das FADM (Pinto, 2013). Segundo o Artigo 18.º da Lei n.º 18/97 (de 1 de Outubro), que é a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, «as Forças Armadas estão ao serviço do Estado moçambicano e são rigorosamente apartidárias». Seguindo os

ditames desta lei, a reforma iniciada não devia, em princípio, ter criado conflitos graves. Contudo, sem negociação ou consulta com a chefia da Renamo, nem informação do público em geral sobre as verdadeiras intenções do governo, a reforma tornou-se misteriosa e problemática, porque o Ministério da Defesa iniciou um programa de aposentamento de um certo número de oficiais das FADM, mas com particular incidência em antigas patentes militares que provinham da Renamo. Este passo do governo criou uma forte impressão de que estava a tentar recuperar o pleno controlo das forças de defesa em sintonia com a garantia anteriormente dada pelo então Presidente Chissano de que os deputados da Frelimo não deviam preocupar-se com a participação da Renamo nas FADM, porque «o Ministério da Defesa tem o direito de dar orientações para as forças armadas» (*ibidem*).

Numa perspectiva de estudos de segurança, o governo da Frelimo criou uma espécie de «dilema de segurança» interno, em que, quando um dos lados em conflito aumenta o investimento nas forças armadas, aumenta o sentimento de insegurança na outra parte, que então também aumenta o seu investimento nas forças armadas; no geral, isto aumenta tensões e cria uma corrida ao armamento (Tang, 2009: 587-623). Ou seja, é o fenómeno da acção que cria reacção. No caso de Moçambique, as medidas do governo da Frelimo para recuperar o controlo total das FADM promoveram um sentimento de insegurança crescente na liderança da Renamo, que se expandiu e criou um sentimento geral de insegurança na sociedade. Deste modo, enquanto a Frelimo adquiria um controlo excessivo das FADM, certos sectores influentes da Renamo rearmavam-se para fazer frente à crescente militarização da Frelimo.

Numa entrevista a um oficial do exército, este disse:

Nos últimos três anos, eu e muitos dos meus colegas que viemos da Renamo fomos oficialmente informados pelo Ministério da Defesa para esperar novas ordens em casa (oficial das FADM, 2011).

Outros antigos soldados provenientes da Renamo quebraram o silêncio, dando entrevistas à comunicação social. Apresentaram documentos oficiais do Ministério da Defesa relativos à sua destituição inesperada e disseram aos jornalistas: «Estamos fartos! A questão central é a exclusão dos ex-guerrilheiros da Renamo e de novo a partidarização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.» Os soldados denunciaram ainda que se estava «a voltar às FPLM [Forças Populares de Libertação de Moçambique], forças armadas do tempo do partido único, anterior aos Acordos de Paz de Roma». Concluíram afirmando que o governo da Frelimo estava «A voltar às mesmas razões que nos levaram a fazer a guerra civil» (*CanalMoz*, 2012). Em resposta a estas reivindicações, membros influentes da Frelimo anunciaram que «A validade do AGP expirou quando o primeiro governo democrático assumiu o poder em 1995» (Hunguana, 2013).

Um influente jornal local, auxiliado por documentos oficiais fornecidos por alguns destes antigos soldados da Renamo, reiterava as razões para a segunda guerra civil, relacionando-as com

as políticas do governo. Num título ousado, o jornal escreveu «A «limpeza» que levou o País à guerra. Exército unificado só ficou com três generais vindos da Renamo» (*Savana*, 2014).

O jornal demonstrava que o governo tinha iniciado um comportamento de exclusão em que os antigos militares da Renamo surgem como alvo principal. Por exemplo, dos trinta e nove generais do exército moçambicano na altura da chamada «limpeza», apenas três eram provenientes da Renamo, ao passo que trinta e cinco vieram do antigo exército governamental da Frelimo; a notícia demonstrava uma presença claramente significativa de soldados que vieram do antigo exército governamental da Frelimo nos vários sectores-chave das FADM.

A marginalização dos ex-soldados da Renamo e a ordem de criar células da Frelimo nas instituições do Estado levaram o partido Renamo a aumentar as acusações à polícia moçambicana de partidarismo a favor da Frelimo. Estas acusações agudizaram-se durante períodos eleitorais, porque, sob pretexto de manter a lei e a ordem, a polícia moçambicana viu-se implicada em vários episódios de violência que envolveram massacres de civis que protestavam do lado da Renamo. Embora afirmando cingir-se à manutenção da ordem social, a violência contribuiu para minar ainda mais a já frágil legitimidade das instituições do Estado e consolidar a percepção de que a violência política é necessária para parar com abusos de poder e promover a boa governação. A atitude geral da Frelimo de recusa em dialogar e negociar, juntamente com a evidente estratégia política de retorno à era socialista de partido acima do Estado, foi sentida e interpretada por vários sectores não ligados ao partido como uma forma de ordem autoritária, a que só se poderia pôr fim por meio da violência política.

Neste contexto, o caso de Moçambique não se adequa «ao risco médio de uma sociedade pós-conflito voltar ao conflito numa década, a saber, 40%» (Collier & Soderbom, 2008: 474). O facto de ter havido conflitos graves a moldar as relações entre a Frelimo e a Renamo no período pós-guerra civil só parcialmente está em conformidade com os dados estatísticos gerais de que a democracia «deixa a sociedade pós-conflito seriamente exposta ao risco de novos conflitos» (*idem*). «Só parcialmente está em conformidade» porque a percepção e as experiências da evolução da repressão política após eleições de 2004 no País também contribuíram para fazer escalar o conflito, o que contradiz a noção de que «a repressão política pode reduzir os conflitos» (Soysa, 2002: 398).

Antes da segunda guerra civil, e já desde as primeiras eleições democráticas realizadas em 1994, registaram-se episódios graves de violência nos períodos eleitorais. Os piores, porém, ocorreram em 2000, no distrito de Montepuez (Cabo Delgado), quando um grupo de cerca de cem pessoas foi massacrado por asfixia até à morte numa pequena cela de prisão, depois de participar num protesto organizado pela Renamo para contestar os resultados eleitorais (Comissão da Sociedade Civil, 2000). Verificaram-se outros episódios de violência eleitoral em vários distritos do Centro do País, como Inhamitanga (Cheringoma), Marínguè, Búzi, Muanza e Marrromeu (todos na província de Sofala) (*Savana*, 2004). Em Março de 2009, foram mortas doze pessoas nas celas prisionais da

polícia no distrito de Mongicual (Nampula), em circunstâncias semelhantes às de Montepuez. Embora estes actos de violência tenham ocorrido em diferentes períodos, há um padrão nestes assassinios: não eram inevitáveis (Hanlon, 2000: 593-597); foram cometidos por funcionários do Estado em regiões identificadas como bastiões da Renamo; as vítimas morreram em circunstâncias extremas e eram geralmente identificadas como membros da Renamo; e foram utilizadas celas de prisão como espaço para ajustes de contas mortais.

Além disso, o carácter extremo das mortes causou consternação e indignação na opinião pública nacional. As reacções dos líderes da Frelimo no governo revelaram, porém, falta de remorsos por essas mortes, e quase não houve apelos a que o sistema de justiça agisse para determinar os indivíduos e instituições responsáveis por essas graves violações dos direitos humanos. Por exemplo, onze dias após o assassinio de 12 pessoas nas celas prisionais da polícia em Mongicual, a Renamo solicitou a realização de uma sessão especial do parlamento para definir os contornos do massacre de Mongicual. No seu discurso ao parlamento, a então primeira-ministra, Luísa Diogo, não começou com uma declaração de indignação ou consternação pelas mortes de Mongicual. Em vez disso, Diogo começou por elogiar o presidente do parlamento, descrever as funções do governo da Frelimo em matéria de segurança e ordem pública, o desenvolvimento e a implementação do plano estratégico integrado do sector da justiça, os desafios que o governo da Frelimo enfrenta, incluindo o desafio contra o «obscurantismo que ainda se observa em Moçambique» (Assembleia da República, 2009).

A posição da primeira-ministra foi um indicador da continuidade da mentalidade da revolução socialista da Frelimo, quando acusou as chamadas autoridades «tradicionais» de serem depositárias de crenças e práticas obscurantistas que eram consideradas hostis à construção do Estado socialista moderno (Igreja, 2004; Igreja *et al.* 2010; Igreja & Dias-Lambranca, 2009; Igreja 2015). Foi já quase no final do seu discurso que Diogo se referiu ao que designou como «o trágico incidente de Mongicual». Quando interveio, José Pacheco, então ministro do Interior, a instituição envolvida nos assassinios de Mongicual, seguiu a mesma lógica discursiva da primeira-ministra. Começou por alargar a lista de pessoas a serem elogiadas, afirmando que, «de uma maneira especial, saudamos e felicitamos os oficiais, superiores e subalternos, generais, sargentos e guardas da polícia da República de Moçambique pelo espírito patriótico e pelo seu desempenho cada vez mais profissional em prol da defesa dos direitos e da liberdade dos cidadãos» (Assembleia da República, 2009). A posição de Pacheco de elogiar os agentes da polícia pode explicar-se em termos de minimizar as dimensões da desgraça e da importância que a Frelimo atribui à violência como instrumento de governação e manutenção no poder. A desgraça das vítimas e das suas famílias e a posição do governo da Frelimo na responsabilização criminal por este massacre apareceram atrasadas no discurso do ministro Pacheco. Foi Mateus Katupa, deputado da Frelimo, que esteve à altura da ocasião e que iniciou seu discurso dizendo: «É com grande consternação e pesar que falo, (...) a fim de repudiar inequivocamente o grave incidente que matou 12 compatriotas» (Katupa, 2009).

Diogo e Pacheco não mostraram compaixão pelas vítimas porque, para estes dirigentes, as pessoas que tinham sido mortas eram «antipatriotas», e as forças policiais actuaram para aplicar a autoridade do Estado e reiterar a sua legitimidade. Em resposta a episódios semelhantes de violência do Estado, Lourenço do Rosário afirmou:

Infelizmente, os nossos líderes lidam com manifestantes como uma acção inimiga. Trata-se de um enorme défice mental de uma certa Frelimo. Não estou a dizer toda a Frelimo, mas uma certa Frelimo. No partido Frelimo, há pessoas que consideram que a cidadania deve ser exercida. Também existem, porém, outros que consideram o exercício da cidadania uma acção inimiga. É preciso combater esta mentalidade (Savana, 2012).

Este tipo de mentalidade de dividir as pessoas entre apoiantes e inimigos prevalece em vários países do mundo (Mouffé, 2005). Nalguns, contudo, este tipo de mentalidade produz consequências mortais, como ilustra o caso de Moçambique. Os manifestantes que foram mortos pela polícia em Moçambique estavam a participar numa manifestação política organizada pela Renamo. Estes manifestantes, defendeu Katupa no seu discurso, «levaram o Estado, no cumprimento das suas sagradas funções, a cometer erros fatais à vida dos que ingenuamente se deixam envolver nestes actos de desobediência» (Katupa, 2009). A noção avançada por Katupa de que as pessoas eram responsáveis pela sua própria morte, porque obrigaram a polícia a cometer erros, sugere que o Estado não tem um código de conduta, o que, por sua vez, amplia e realça as dificuldades do Estado em estabelecer legitimidade, não só ao nível das elites políticas na oposição mas também de forma mais geral na sociedade.

A SEGUNDA GUERRA CIVIL (2013-2014)

Desde o início da segunda guerra civil, as autoridades da Frelimo recusaram-se a reconhecer que o País estava em guerra. Usaram muitas vezes a noção de «conflito político-militar localizado» para negar a existência de uma guerra civil.

Para esclarecer o campo conceptual da segunda guerra civil, usamos conceitos do próprio governo da Frelimo, como «tempo de guerra», «teatro de guerra» e «teatro de operações». Estes conceitos foram definidos e aceites na altura da promulgação da Lei de Amnistia 15/92, na sequência do AGP em Outubro de 1992. O partido Frelimo nunca chegou a anular estas definições, por isso a sua pertinência neste contexto.

«Tempo de guerra» foi definido como «todas as situações, períodos ou actos de confronto permanente, contínuo ou isolado, ou de conflito armado contra o inimigo ou um estado de guerra declarado ou não».

«Teatro de guerra» foi definido como «o espaço terrestre, marítimo ou aéreo, que [já] está ou está na iminência de vir a estar envolvido em operações de conflito armado».

«Teatro de operações» foi definido como «a parte de um teatro de guerra que é necessária para desencadear operações militares ofensivas ou defensivas ou para ser utilizada de acordo com uma determinada missão e das tarefas administrativas e logísticas resultantes dessas operações» (Assembleia da República, 1992).

Estas definições são consistentes com o clima de violência e insegurança que se seguiu à mudança de residência do líder da Renamo em 2009, para se estabelecer, com a sua comitiva de guardas militares, na província de Nampula. Desde esse período, os actos de violência entre as forças do governo e o braço armado do partido Renamo começaram a intensificar-se. Mais concretamente em 2012, a comunicação social moçambicana deu conta de confrontos militares sistemáticos que opunham as forças armadas da Renamo às forças militares do governo da Frelimo, que causaram numerosas mortes em ambos lados, e por vezes foram também mortos civis (*O País*, 2012; *Savana*, 2012; *CanalMoz*, 2011). Numerosas personalidades locais e grupos da sociedade civil fizeram vários apelos à paz e ao diálogo. Outras figuras públicas do País foram enérgicas nos seus apelos: «A Frelimo deve libertar-se das suas mentes radicais e dialogar com o líder da Renamo» (Rosário, 2012). A maior parte destes apelos, porém, foi inicialmente em vão, uma vez que as conversações iniciais entre os dois partidos no Centro de Conferências Joaquim Chissano foram marcadas por impasses e interrupções constantes. Com o passar do tempo, o líder da Renamo, Afonso Dlhakama, mudou-se de Nampula e fixou-se, com a sua guarda militar, na Gorongosa, a região que tinha sido o epicentro da primeira guerra civil (Igreja, 2014; Igreja, 2009b; Igreja & Racin, 2013; Igreja & Dias Lambranca, 2006). A Renamo iniciou um processo de recrutamento e treinos militares dos seus ex-soldados (News24, 2012). Em meados de Junho de 2013, os meios de comunicação informaram que «alegados soldados da Renamo atacaram um paiol do exército» no Dondo (Sofala) e mataram sete soldados das FADM, tendo o último perdido a vida no hospital, já depois de falar com a imprensa (*O País*, 2013). Na sequência deste assalto, visitámos a região da Gorongosa em Julho de 2013, testemunhámos a escalada de tropas do governo na região e ouvimos falar de casos de jovens que se juntaram voluntariamente às forças militares da Renamo na região. O auge da instabilidade, e a percepção geral de que o País tinha mergulhado de novo numa nova guerra civil, deu-se em Outubro de 2013, quando as forças militares do governo atacaram a base militar de Dlhakama, na Gorongosa. Foi reportado na altura que Dlhakama e as suas forças escaparam ao assalto, mas um deputado seu, Armindo Milaco, que também estava na base, foi gravemente ferido e morreu. Desde este ataque militar, o líder da Renamo permaneceu em local não revelado, e o antigo porta-voz do partido Fernando Mazanga afirmou publicamente que os «ataques das FADM marcaram o fim da democracia em Moçambique e romperam o acordo de Roma» (*O País*, 2013). Os conflitos militares entre as duas forças intensificaram-se por vários meses, até à altura em que um acordo de paz foi alcançado entre as partes.

Os membros da Renamo interpretaram publicamente o início da violência como resultado da recusa da Frelimo em respeitar as medidas estabelecidas pelo AGP. A falta de respeito consistia no programa do governo da Frelimo de afastar os ex-soldados da Renamo que entraram para o exército no contexto do AGP. Por ocasião do 14.º aniversário do AGP, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, foi citado pela Rádio Moçambique, apelando ao governo da Frelimo para parar com o afastamento sistemático dos seus antigos soldados:

Cada vez que eu aviso a Frelimo para inverterem a sua acção, eles dizem que eu sou belicista. Eu aconselho novamente que, no caso de a Frelimo não parar, eu, Dhlakama, considerarei a possibilidade de reagrupar os nossos homens para nos defendermos (Rádio Moçambique, 2006).

A segunda guerra civil foi também o resultado do fracasso da Frelimo em aprovar algumas das medidas estabelecidas pelo AGP, nomeadamente a integração dos ex-militares da Renamo na polícia nacional. Por isso, a guerra foi desencadeada para pressionar o governo a aceitar as suas propostas em geral. No entanto, como afirmado acima, as razões da recusa pela Frelimo das propostas da Renamo no parlamento ao longo das últimas duas décadas estão directamente ligadas à herança da primeira guerra civil ainda por resolver. Uma forma encontrada para não lidar com estes conflitos foi através do estabelecimento da Lei de Amnistia 15/92, sem iniciar qualquer tipo de investigação independente para determinar o verdadeiro grau de responsabilidade da Frelimo e da Renamo nas violações dos direitos humanos e nos crimes de guerra cometidos durante a primeira guerra civil. Uma dimensão importante deste legado é a permanente interpretação da Frelimo de que a Renamo não é uma organização moçambicana legítima por causa do envolvimento das forças de segurança e defesa da antiga Rodésia e do *apartheid* sul-africano no apoio à Renamo. A outra dimensão consiste no facto de que, para a Frelimo, os soldados da Renamo são os únicos que mataram e destruíram no País.

VIOÊNCIA E CRESCIMENTO DEMOCRÁTICO

As reivindicações da Renamo são justas, pertinentes e importantes...
Pacheco (2013)

De um modo geral, podemos afirmar que se compreende melhor os vários ciclos de violência política em Moçambique se se aceitar que «não se pode erradicar a violência» e que a segunda guerra civil em Moçambique se insere num processo de criação ou fortalecimento de instituições através das quais a violência pode ser limitada e contestada (Mouffé, 2005). Embora a Frelimo e a Renamo tenham ganho legitimidade legal por força de eleições multipartidárias,

nos últimos vinte anos, apesar de terem sido fortemente contestadas e violentas, os seus membros dentro e fora do parlamento nunca conseguiram livrar-se do seu passado amargo e acusaram-se mutuamente de destruírem o País e de serem criminosos de guerra. Além do uso de memórias como armas, ambas as partes deram mais dois passos importantes que contribuíram para a eclosão da segunda guerra civil. O governo da Frelimo iniciou um processo de reforma das FADM. No entanto, a forma como foram implementadas estas reformas deu razões credíveis aos antigos oficiais da Renamo para acreditarem que estavam a ser deliberadamente marginalizados e excluídos do exército unificado. Quando a Renamo protestou contra estas exclusões e argumentou que não estavam a ser respeitados os princípios do AGP, o governo da Frelimo alegou que o AGP estava defunto. Com o tempo, os membros da Renamo ficaram cada vez mais frustrados com os impasses da política multipartidária, uma vez que foram em vão as suas persistentes tentativas de influenciar a Frelimo a mudar a lei eleitoral, a fim de resolver o grave défice de confiança relativamente ao processo eleitoral. Registaram-se os mesmos esforços improdutivos quando a Renamo tentou parar o processo de recentralização das funções do Estado iniciada pela Frelimo (Igreja, 2013b).

Na sequência da crescente instabilidade política e da violência, e de um longo período em que várias figuras públicas no País exigiram conversações entre a Frelimo e a Renamo, a Frelimo aceitou finalmente entrar em conversações com a Renamo. Esta apresentou quatro pontos para negociar com o governo: i) legislação eleitoral; ii) forças de defesa e segurança; iii) desenvolvimento apartidário do Estado; e iv) questões económicas. Os primeiros cinco meses de negociações de paz não produziram resultados frutíferos; pelo contrário, o governo da Frelimo aumentou os seus efectivos militares no Centro do País. Com a escalada da presença de tropas e combates entre forças do governo e da Renamo, o governo apareceu na imprensa nacional através da voz do seu negociador principal e ministro da Agricultura, José Pacheco, para afirmar que as exigências da Renamo são «justas, pertinentes e importantes para o bem da democracia e da cultura de paz em Moçambique» (Televisão de Moçambique, 2013).

Este reconhecimento público por um membro do governo veio dar valor político à guerra. Posteriormente, o governo aceitou as exigências da Renamo de mudar a lei eleitoral, que foi alterada no parlamento por unanimidade dos partidos, Frelimo e Renamo. Uma questão que é inevitável e que deve ser levantada é: porque é que o governo da Frelimo esperou pela eclosão da violência e de uma segunda guerra civil para aceitar as já velhas exigências da Renamo de alterar um conjunto de leis e procedimentos dos funcionários do Estado? No decurso das negociações de paz em Moçambique, nenhuma das partes manifestou a necessidade de criar algum tipo de processo independente para investigar e esclarecer as verdades sobre os crimes cometidos durante a primeira guerra civil. Uma investigação e um eventual esclarecimento por uma comissão de verdade poderiam talvez ajudar a Frelimo e a Renamo a abandonar a prática de

acusações mútuas de violações e crimes graves e a negação da legitimidade política. Ao evitar esse passo importante para tentar esclarecer as verdades dos abusos e crimes da guerra, ficamos perante uma realidade tripartida em Moçambique: a violência vai continuar a ser um instrumento político tanto para desordem como para transformação das instituições democráticas incipientes; a percepção de transição interminável ganha ainda mais raízes culturais; e uma parte significativa da população no País torna-se um potencial recurso para a violência, isto é, qualquer indivíduo que não seja do partido Frelimo vai ser acusado de pertencer à Renamo, incitar à violência, não ser *moçambicano de gema*, insultar o chefe de Estado, carecer de *auto-estima e não querer ser rico* num ambiente de *escândalo de recursos*.

REFERÊNCIAS

- Adam, Y. (2001). Samora Machel e o desenvolvimento de Moçambique. In António Soupa (ed.), *Samora: Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores.
- Aijmer, G. e Abbink, J. (eds.) (2007). *Meanings of Violence: A Cross Cultural Perspective*. Oxford: Berg.
- Alexander, F. (1941). The psychiatric aspects of war and peace. *American Journal of Sociology*, 46(4), 505-6.
- Barnes, S. (2001). The contribution of democracy to rebuilding postconflict societies. *The American Journal of International Law*, 95, 86-101.
- Brito, L. de (2009). *Discurso Político e Pobreza em Moçambique: Análise de Três Discursos Presidenciais*. II Conferência do IESE. Maputo, 22-23 de Abril.
- Cabrita, J. (2000). *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. New York: Palgrave.
- Cahen, M. (2000). Nationalism and ethnicities: lessons from Mozambique. In Einar Braathen, Morten Boas & Gjermund Saether (eds.), *Ethnicity Kills? The Politics of War, Peace and Ethnicity in SubSaharan Africa*. London: MacMillan Press.
- Cília, C. (2004). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- CanalMoz (2011). Pelo menos 13 agentes das FIR podem ter morrido. *CanalMoz*, 10 de Maio.
- Comissão da Sociedade Civil (2000). *Dossier Montepuez: As Dimensões de Uma Tragédia*. Relatório.
- Chabal, P. (2005). Violence, power and rationality: a political analysis of conflict in contemporary Africa. In Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna Maria Gentili (eds.), *Is Violence Inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*. Leiden: Brill.
- Chissano, J. (1992a). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Chissano, J. (1992b). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Rádio Moçambique.
- Chissano, J. (2012). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Coelho, João P. (2003). Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. *Lusotopie*, 175-93.
- Collier, P. et al. (2003). *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*. Washington DC: The World Bank.
- Collier, P., Hoeffler, A. e Soderbom, M. (2008). Post-conflict risks. *Journal of Peace Research*, 45(4), 470.
- Dhlakama, A. (1992). *Entrevista*. Maputo: Arquivo da Rádio Moçambique.
- Dorman, S. (2006). Post-liberation politics in Africa: examining the political legacy of struggle. *Third World Quarterly*, 27, 1097.

- Fukuyama, F. (2005). *State Building: Governance and World Order in the Twenty-First Century*. London: Profile Books.
- Gamito, A. (2007a). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Gamito, A. (2007b). *Entrevista*. Maputo: Assembleia da República.
- Geffray, C. (1990). *La Cause des Armes au Mozambique*. Paris: Editions Karthala.
- Goldschmidt, W. (1986). Why men fight. *Anthropology Today*, 2(1), 12-15.
- Hanlon, J. (2000). Violence in Mozambique: in whose interests? *Review of African Political Economy*, 27(86), 593-597.
- Hume, C. (1994). *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices*. Washington: USIPP.
- Hunguana, T. (2013). Entrevista. *Domingo*, 1 de Dezembro.
- Igreja, V. & Dias-Lambranca, B. (2006). The social world of dreams and nightmares in a post-conflict setting: the case of Gorongosa in Central Mozambique. *Intervention*, 4, 145-57.
- Igreja, V. & Dias-Lambranca, B. (2009). Christian religious transformation and gender relations in postwar Mozambique. *Journal of Religion in Africa*, 39(3), 262-94.
- Igreja, V. (2003). Why are there so many drums playing until dawn? Exploring the role of *gamba* spirits and healers in the postwar recovery period in Central Mozambique. *Transcultural Psychiatry*, 40(4), 459-487.
- Igreja, V. (2004). Mental health in a postwar society: a history of neglect and denial of medical pluralism in Mozambique. In Peter Morrall & Mike Hazelton (eds.), *Mental Health: Global Policies and Human Rights*. London: WHURR Publishers. pp. 166-182
- Igreja, V. (2008). Memories as weapons: the politics of peace and silence in post-civil war Mozambique. *Journal of Southern Africa Studies*, 34(3), 539-56.
- Igreja, V. (2009a). Justice and reconciliation in the aftermath of the civil war in Gorongosa, Mozambique Central. In Kai Ambos, Judith Large & Marieke Wierda (eds.), *Building a Future on Peace and Justice: Studies on Transitional Justice, Peace and Development*. Berlin: Springer. pp. 423-37
- Igreja, V. (2009b). The politics of peace, justice and healing in post-war Mozambique. In Chandra Sriram & Suren Pillay (eds.), *Peace versus Justice? The Dilemma of Transitional Justice in Africa*. KwaZulu-Natal: University of Kwa-Zulu Natal Press. pp. 277-300
- Igreja, V. (2010). Frelimo's political ruling through violence and memory in postcolonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 36(4), 781.
- Igreja, V. (2012). Negotiating order in postwar Mozambique. In Helene Kyed *et al.* (eds.), *The Dynamics of Legal Pluralism in Mozambique*. Maputo: Kapicua. pp. 148-166
- Igreja, V. (2013a). Mozambique. In Lavinia Stan & Nadya Nedelsky (eds.), *Encyclopedia of Transitional Justice*, vol. II. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 305-311

- Igreja, V. (2013b). Politics of memory, decentralization and recentralization in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 39(2), 313-335.
- Igreja, V. (2013c). The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the process of administrative decentralization in Mozambique. *Journal of Political Studies*, 6(1), 181-199.
- Igreja, V. & Racine, L. (2013). The politics of spirits, justice, and social transformation in Mozambique. In Barbara Meier & Arne Steinforth (eds.), *Spirits in Politics: Uncertainties of Power and Healing in African Societies*. Frankfurt: Campus Verlag. pp. 181-204
- Igreja, V. (2015). Legacies of war, healing, justice and social transformation in Mozambique. In Brandon Hamber & Elizabeth Gallagher (eds.), *Peacebuilding from a Psychosocial Perspective*. New York: Springer. pp. 223-254
- Igreja, V. (2014). Memories of violence, cultural transformations of cannibals, and indigenous state-building in post-conflict Mozambique. *Comparative Studies in Society and History*, 56(3), 774-802.
- Igreja, V. et al. (2010). The epidemiology of spirit possession in the aftermath of mass political violence in Mozambique. *Social Science e Medicine*, 71(3), 592-99.
- Igreja, V., Riedesser, P. e Walter, J. (2002). Trance-phenomenon among child-soldiers in Mozambique. In G. Klosinski (ed.), *Grenz-und Extrem-Erfahrungen im Interdisziplinären Dialog*. Tübingen: Attempto Verlag. pp. 35-41
- Igreja, V. 2015. Amnesty Law, Political Struggles for Legitimacy and Violence in Mozambique. *International Journal of Transitional Justice* 9(2): 239-258.
- Katupa, M. (2009). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Lujala, P., Gleditsch, N. & Gilmore, E. (2005). A diamond curse? Civil war and a lootable resource. *Journal of Conflict Resolution*, 49, 538-562.
- Lundin, I. (1998). Mechanisms of community reception of demobilized soldiers in Mozambique. *Journal of African Political Science*, 3, 104-118.
- Lundin, I. (2002). Uma leitura analítica sobre os espaços sociais que Moçambique abriu para colher e cultivar a paz. In Brazão Mazula (ed.), *Moçambique: 10 Anos de Paz*, vol. I. Maputo: CEDE. pp. 96-139
- Malan, M. (1999). Peacebuilding in Southern Africa: police reform in Mozambique and South Africa. *International Peacekeeping*, 6(4), 171-190.
- Manning, C. (2002). Elite habituation to democracy in Mozambique: the view from Parliament 1994-2000. *Commonwealth e Comparative Politics*, 40(1), 64.
- Manteigas, J. (2004). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Matsinhe, M. (2009). Entrevista. *Savana*, 4 de Setembro.
- Mazula, B. (ed.) (2002). *Moçambique: 10 Anos de Paz*, vol. I. Maputo: CEDE.

- Meier, B., Igreja, V. & Steinforth, A. (2013). Power and healing in African politics: an introduction. In Barbara Meier & Arne Steinforth (eds.), *Spirits in Politics: Uncertainties of Power and Healing in African Societies*. Frankfurt: Campus Verlag. pp. 15-36
- Mondlane, E. (1969). *The Struggle for Mozambique*. Middlesex: Penguin Books.
- Mouffe, C. (2005). *The Democratic Paradox*. London: Verso.
- Ncomo, B. (2003). *Uria Simango: Um Homem, Uma Causa*. Maputo: Edições Novafrica.
- News24 (2012). Mozambique's ex-guerrillas regather arms. News24, 13 de Novembro.
Disponível em: <http://www.news24.com/printArticle.aspx?iframeeaid=b30a2c14-6c21-489e-ab85-8d41a0e2d34becid=965> (consultado a 15 Novembro de 2012).
- Ngoenha, S. (1993). *Das Independências às Liberdades*. Maputo: Edições Paulistas.
- Nhantumbo, N. (2013). Recursos minerais já são uma «maldição» em Moçambique. *CanalMoz*, 27 de Junho.
- Oficial das FADM (2011). *Entrevista*. Maputo, 18 de Agosto.
- O País* (2012). FIR assalta sede da Renamo em Nampula e captura 34 ex-guerrilheiros. *O País*, 9 de Março.
- O País* (2013). Renamo anuncia fim do Acordo Geral de Paz. FADM dizem que responderam à provocação. *O País*. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/27543-renamo-anuncia-fim-do-acordo-geral-de-paz-fadm-dizem-que-responder-am-a-provocacao-.html> (consultado a 22 de Outubro de 2013).
- Pacheco, J. (2013). *Entrevista*. Televisão de Moçambique (TVM), 18 de Julho.
- Pachinuapa, R. (2011). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Pereira, J. & Nhanale, E. (2014). *As Eleições Gerais de 2014 em Moçambique: Análise de Questões Fundamentais. Relatório*. Johannesburg: Fundações da Open Society.
- Pinto, L. (2013). Forças Armadas de Moçambique. *JANUS*. Disponível em: <http://janusonline.pt/2013/2013.html> (Consultado em 25 de Setembro de 2014).
- Posner, E. (2009). *The Perils of Global Legalism*. Chicago: Chicago University Press.
- Rebelo, J. (2013). Entrevista. *Savana*, 18 de Outubro.
- Rosário, L. do (2012). Entrevista. *Savana*, 26 de Abril.
- Rubinstein, R. A. (1986). International conflict, decision-making, and anthropology. *Anthropology Today*, 2(1), 14.
- Saint-Amand, P. (1996). *The Laws of Hostility: Politics, Violence, and the Enlightenment*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Santos, B. de Sousa (2006). The heterogeneous state and legal pluralism in Mozambique. *Law and Society Review*, 40, 44.
- Santos, M. dos (2003). *Entrevista*. Maputo: Arquivo da Rádio Moçambique.
- Savana* (2012). Um barril de pólvora chamado Marínguê. *Savana*, 18 de Agosto.

- Schafer, J. (2007). *Soldiers at Peace: Veterans of the Civil War in Mozambique*. New York: Palgrave McMillan.
- Shubin, V. (2008). *The Hot «Cold War»: The USSR in Southern Africa*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.
- Soysa, I. (2002). Paradise is a bazaar? Greed, creed, and governance in civil war, 1989-99. *Journal of Peace Research*, 39(4), 395-416.
- Tang, S. (2009). The security dilemma: a conceptual analysis. *Security Studies*, 18, 587-623.
- Tembe, J. & Chambal, J. (1992). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Tomuschat, C. (2003). *Human Rights: Between Idealism and Realism*. Oxford: Oxford University Press.
- Tribunal Constitucional. Decisão n.º 4/CC/2007, 16 de Agosto de 2007.
- Vieira, S. (1992). *Discurso*. Maputo: Arquivo da Assembleia da República.
- Whitehead, N. & Finnstrom, S. (eds.) (2013). *Virtual War and Magical Death: Technologies and Imaginaries for Terror and Killing*. Durham: Duke University Press.
- Whitehead, N. (2007). Violence and the cultural order. *Daedalus*, 136, 40-50.
- Young, I. (1990). *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press.

